

A METALINGUAGEM E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

MANOEL LUIZ GONÇALVES CORRÊA
UNESP - BAURU

*"O que é o que é:
- É prêmio ao valor.
- É tom de cor.
- Dá forte sabor.
- É um ser falador."*

A resposta encontrada no livro de Adivinhas **O que é, o que é**, décimo volume, do Grupo Coquetel da EDIOURO é "louro".

Essa adivinha solicita, portanto, do decifrador a escolha de uma única palavra, cuja configuração fônica, comum a vários itens lexicais, possa servir como elemento de síntese para as várias definições. De sua parte, o decifrador pode tomar a operação que se processa como o estabelecimento da polissemia de um único item lexical, o que é facilmente compreensível dado que o uso cotidiano da língua faz sobressair as relações sincrônicas entre as palavras - plano em que se (re)definem as relações polissêmicas - ao mesmo tempo em que faz submergir a sempre presente, mas nem sempre visível, dimensão diacrônica das palavras - plano em que ficam melhor aclaradas as relações de homonímia.

Do ponto de vista das funções da linguagem, a pergunta **O que é X?** parece, em princípio, solicitar a complementação de uma função referencial. No entanto, a formulação da questão na adivinha mostra-nos uma solicitação acerca da própria linguagem: há que se remeter cada uma das enunciações lingüísticas às três restantes para que se chegue ao elemento fônico que as reúne em paradigma. Assim, a exemplo da operação metalingüística presente num dicionário monolíngüe, em que as entradas funcionam como denominações e as acepções funcionam ou como sinônimos, ou como definições do termo de entrada, temos também nas adivinhas uma operação metalingüística, mas que, nesse caso, parte das definições - e impõe, de saída, uma relação metalingüística entre elas, uma vez que busca uma similaridade fônica no elemento de síntese - para fazer chegar à denominação, estabelecendo, então, a relação metalingüística

final entre cada uma das definições e a denominação encontrada no elemento fônico comum.

O exemplo em epígrafe mostra-nos que as funções da linguagem estão presentes nos mais variados usos da linguagem e, sem falar da função poética também marcada pela rima e pelo ritmo nesse uso lúdico, mostra-nos ainda como pode ser intrincado e complexo seu funcionamento em termos de dominâncias de uma função em relação à outra.

A proposta deste trabalho consiste em tratar de algumas questões ligadas ao uso da metalinguagem técnica no ensino de língua portuguesa. Num momento anterior ao enfoque direto dessa questão, procuraremos estabelecer um acordo básico com nosso leitor a respeito do funcionamento do discurso quando é ele a assumir dominâncias em termos das funções da linguagem. Nossa preocupação com esse acordo básico deve-se ao fato de que pretendemos construir um pano de fundo a partir do qual seja possível ao leitor fazer suas próprias questões acerca do uso da metalinguagem no ensino de língua portuguesa. De nossa parte, selecionaremos, ao final, algumas orientações que entendemos como básicas para a reflexão sobre o problema.

Como nosso primeiro passo, faremos uma breve revisão das funções da linguagem, a partir da qual buscaremos colocar lado a lado, num primeiro momento, a função metalingüística e a função poética e, num segundo momento, a função metalingüística e a função fática.

AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM E SUA LIGAÇÃO COM AS ESTRATÉGIAS PRESENTES NA COMUNICAÇÃO

A partir de seis fatores considerados como presentes no ato de comunicação, a saber, o contexto, o remetente, o destinatário, a mensagem, o contato e o código, Jakobson define, em seu ensaio clássico "Lingüística e poética", originalmente publicado em 1960, seis funções da linguagem, determinadas pela ênfase - mas não pela exclusividade - em um desses fatores.

Das seis funções propostas por Jakobson pode-se dizer que três delas retomam as tradicionais pessoas do discurso: a função referencial, em que a mensagem está voltada para o contexto (campo da terceira pessoa do discurso); a função emotiva, em que a mensagem está voltada para o remetente (campo da primeira pessoa do discurso); e a função conativa, em que a mensagem está voltada para o destinatário (campo da segunda pessoa do discurso).

As três funções restantes têm menos a ver com o circuito informacional propriamente dito (remetente - contexto ou referente - destinatário) do que com as estratégias presentes na comunicação. De acordo com o fator enfatizado, teríamos, então: a função fática, em que a mensagem volta-se para o contato; a função metalingüística, em que a mensagem volta-se para o código; e a função poética, em que a mensagem volta-se para a própria mensagem.

Interessa-nos refletir aqui principalmente sobre essas três funções da linguagem que definimos como mais ligadas às estratégias presentes na comunicação. Dentre elas,

centraremos, mais adiante, nossa atenção na função metalingüística (em oposição à poética e à fática), visando, como já dissemos, ao tratamento de algumas questões ligadas ao uso da metalinguagem técnica.

Observemos o seguinte diálogo fictício:

- "- *Oi, tudo bem?*
- *Tudo bem.*
- *Pois é, `tá bom mesmo?*
- *Tudo certo.*
- *Então `tá tudo bem!"*

Podemos ver, nesse diálogo, a presença das estratégias comunicativas voltadas para o estabelecimento e a manutenção do contato. Nos termos de Jakobson, teríamos, nesse exemplo, mensagens voltadas para o contato, caracterizando a função fática da linguagem. Além de estabelecer, manter ou romper o contato, a constituição de um ato comunicativo como sendo de caráter fático envolve a imposição da participação do interlocutor e, dado que se caracteriza por fórmulas mais rituais que informativas, apresenta-se, em termos de sentido, como a quebra do silêncio que isola, silêncio que, justamente por isolar, acaba sendo, nas interações não-consumadas verbalmente, demasiado eloqüente do ponto de vista de sua carga informacional.

Um segundo exemplo fictício leva-nos à segunda função pertencente ao campo das estratégias comunicativas:

"(...) A palavra 'Brasília' foi anteriormente empregada no sentido de 'o poder'."

O esforço interativo está voltado, nesse caso, para o estabelecimento de um código comum, recurso esse que Jakobson reconhece em todos os atos de comunicação cuja mensagem esteja voltada para a re-elaboração do código. Também com relação a essa função da linguagem há muito o que se desvelar além da simples constatação empírica. A própria noção de código em Jakobson dá margem a um duplo contorno em termos de linguagem verbal: código como língua constituída - pressuposto inalienável da comunicação verbal - e código como língua a constituir-se em seu uso - reposição unilateral ou acordada da convenção, de cujo re-conhecimento se nutre a interlocução. Assim, em termos de estratégia comunicativa, a função metalingüística é um recurso que impõe a partilha de uma convenção. É nesse sentido que se pode dizer que toda incompreensão é objeto da função metalingüística.

Utilizemo-nos de um terceiro exemplo para continuarmos a estabelecer - metalingüisticamente! - nosso acordo básico sobre as funções da linguagem. Vejamos a função poética:

"Brasília plana no planalto."

Temos, no caso da função poética, um trabalho lingüístico feito no sentido de reunir, nos significantes de uma mensagem, alternativas de mensagens diversas. Nas palavras de Jakobson, estaríamos diante de uma mensagem que se volta sobre si mesma. Mais uma vez, estamos diante de uma difícil decisão: haveria, então, para Jakobson, uma mensagem básica (aquela que "se volta...") num ato de comunicação como o do exemplo? Ou estaríamos efetivamente diante de mensagens alternativas? Parece-nos que, se admitirmos que a função poética impõe uma atualização particular do código, caberia melhor a segunda formulação. Um ato de comunicação que apresentasse com pleno sucesso a função poética provocaria, por meio de uma atualização particular do código, uma "explosão" desse código em mensagens no interior do que - se vista referencialmente - seria apenas uma mensagem particular. No exemplo dado, caberia, decidir se o vocábulo "plana" é verbo ou adjetivo. A ser julgado como verbo, seria sinônimo de "situa-se" ou de "paira"? Em cada um desses casos, quais os efeitos de sentido possíveis? Qual a relevância, por exemplo, da paronomásia em cada uma dessas possibilidades? Essas poucas questões suscitadas pelo exemplo levam-nos já a uma grande variedade de sentidos para o ato de comunicação destacado.

Feitas essas observações preliminares sobre as funções da linguagem, procuraremos, a seguir, dar maior especificidade à função metalingüística, insistindo um pouco mais em sua caracterização frente à função poética e à função fática.

* * *

Na distinção entre função metalingüística e função poética, tomaremos por base três critérios: (a) propriedades gerais; (b) para que servem; e (c) onde podem ser empregadas. Para simplificarmos nossa exposição, faremos essa distinção por meio de um quadro (ver página seguinte), salientando que esse quadro resulta de adaptações do que, sob diferentes pontos de vista, propõem Jakobson (1975), Lopes (1976), Reboul (1980) e Vanoye (1986).

* * *

Procederemos, neste ponto, a uma digressão antes de nos determos na relação entre as funções fática e metalingüística. Essa digressão consistirá numa revisão das funções da linguagem segundo Reboul (op. cit.), cuja posição nos interessa pelo fato de redimensionar o problema das funções da linguagem, como procuraremos demonstrar.

Embora a exposição que se segue seja uma compilação bastante próxima ao texto de Reboul, é bom que se ressalve que não se trata de uma retomada inteiramente fiel de suas posições teóricas, em que pese a fecundidade das mesmas. Ressalte-se, na reflexão de Reboul, a tentativa de conceber as funções da linguagem como propriedades de discursos. Os "atos de comunicação" - de alcance e dimensão incertos -, no interior

METALINGÜÍSTICA	POÉTICA
PROPRIEDADES GERAIS	
<ul style="list-style-type: none"> -pressupõe uma linguagem-objeto e uma metalinguagem; -fala da linguagem como objeto; -pode ser feita conscientemente ou sem que nos demos conta, mas sempre na direção de uma convenção; -O objeto a que substitui é o próprio signo; -o plano do conteúdo da mensagem metalingüística é comutável em relação ao plano de conteúdo da língua-objeto. 	<ul style="list-style-type: none"> -pressupõe que a mensagem se volte para sua própria construção; -fala de "objetos" e de linguagem; -pode ser feita sem que nos demos conta, mas sempre cria um estranhamento; -não substitui, mas coloca lado a lado possibilidades de significações várias; -o plano da expressão da mensagem passa a dotar-se de várias possibilidades de sentido por meio de combinações sintagmáticas que atualizam equivalências latentes do eixo paradigmático.
PARA QUE SERVEM	
<ul style="list-style-type: none"> -o remetente e/ou o destinatário têm necessidade de verificar se estão usando o mesmo código para preservar a compreensão; -é utilizada em nossa linguagem cotidiana, mas pode ser instrumento científico (ocasião em que busca a univocidade); -utilizada no processo de aprendizagem da língua, particularmente da aquisição da língua materna pela criança; -serve para definir a linguagem que se está utilizando; -não tem por função significar por si, mas dizer o que o outro sentido significa; -serve para informar sobre o código lexical do idioma por meio de estruturas equacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> -o remetente e/ou o destinatário trabalham com o caráter palpável dos signos, reabrindo possibilidades de sentido latentes; -caracteriza a arte verbal como função dominante, mas ultrapassa os limites da poesia (sempre provocando a multissignificação e não a univocidade); -utilizada como recurso lúdico, seja na pedagogia, nos jogos, na poesia etc.; -impõe uma reavaliação total da linguagem comum; -a atenção se dirige para os elementos da mensagem efetivamente utilizados, naquilo que eles possuem de equivalente aos elementos do código potencialmente utilizáveis; -serve para atualizar equivalências latentes, sejam elas semânticas, sintáticas ou fônicas.
ONDE PODEM SER EMPREGADAS	
<ul style="list-style-type: none"> -ocorre em textos explicativos ou didáticos de maneira privilegiada; -ocorre quando uma linguagem fala de outro tipo de linguagem (legenda/foto, por exemplo). 	<ul style="list-style-type: none"> -ocorre sempre que o texto requer a multissignificação como efeito; -ocorre sempre que, em uma mensagem, se privilegia sua construção em detrimento de uma estrita função informativa.

dos quais foram originalmente concebidas as funções da linguagem, ganham, desse modo, a exatidão da pontualidade histórica de um discurso. É certo que, na tentativa de tratar a linguagem em sua relação com a ideologia (o título da obra em questão é **Linguagem e Ideologia**), Reboul acaba por restringir a historicidade do discurso ao permitir-se uma sua categorização excessivamente pontual, como, por exemplo, aquela que cria a categoria dos "discursos ideológicos". Por mais polêmica que possa ser essa categorização, a qual, em contrapartida, implicaria na existência de discursos puramente "comunicativos", interessamos muito mais a dupla passagem que o autor propõe: (a) dos atos de comunicação para os discursos e (b) das funções como efeitos comunicativos para funções como propriedade - traços históricos - de discursos. Deixa-se, desse modo, o âmbito pragmático-informacional da linguagem para se passar a ver a dimensão pragmática da linguagem no âmbito da convivência e da singularidade históricas, portanto como comunicação num sentido ampliado.

Vale lembrar, de início, que Reboul propõe nomes diferentes daqueles adotados por Jakobson para as funções emotiva e conativa, que passam a ser chamadas, respectivamente, expressiva e incitativa.

Ao tratar das funções da linguagem no que chama o "discurso ideológico", Reboul propõe dois postulados, dos quais interessa-nos aqui o segundo. Nesse postulado, o autor afirma que há, nesse tipo de discurso, um hiato entre o propósito implícito do destinador (função real) e a forma verbal que ele utiliza (função aparente); afirma também que a camuflagem de uma função pela outra consiste em um tipo de dissimulação ideológica (cf. id., pp.52-4).

Caberia reter, ainda, da longa discussão levada a efeito por Reboul, a maneira como encara cada um dos pólos de comunicação. Passemos, pois, a essa abreviada revisão (para consulta, cf. pp.55 e segs.).

Quanto à função referencial, isto é, quanto ao "do que se fala", o autor toma como ponto de partida a afirmação de que o referente nunca é o mundo em si, mas o mundo tal como é percebido em uma cultura dada. O autor define então como especificidade do já referido "discurso ideológico" o jogar com essa relatividade do referente, sem, contudo, o dizer. Os artefatos conceituais e a pressuposição são exemplos desse tipo de dissimulação.

Em seguida, o autor afirma que um discurso ideológico não parte de uma convicção individual, mas de uma crença coletiva a serviço de um poder. Assim, o destinador de um discurso, mesmo se é um indivíduo que o mantém, é a coletividade. Essa ausência do destinador, é, segundo Reboul, o que mascara o discurso. Seria, portanto, esse o funcionamento do discurso ideológico no que se refere à função expressiva.

No que se refere à função incitativa, cujo pólo de comunicação correspondente é o destinatário, Reboul afirma que todo discurso incitativo tem como propósito fazer agir seus destinatários ou impedi-los de agir. Mas quem seria esse destinatário? Reboul afirma que é a própria coletividade, mas também os indivíduos ou as coletividades adversárias, aos quais o discurso incitativo suscitaria conduta isolada ou prática social durável.

Como um procedimento propriamente retórico pelo qual a fala dissimula o que faz, a função poética não escapa também à utilização ideológica. Segundo Reboul, na

função poética, a linguagem perde sua transparência e adquire a existência opaca de uma coisa. Assim, mensagens publicitárias ou eleitorais podem ser poéticas e se servirem de sons, de ritmos e de imagens.

*

Parcialmente efetuada a nossa digressão, voltemos a centrar a atenção sobre a função metalingüística, desta feita pensando em seu papel como propriedade de um discurso.

Como primeiro passo, é interessante que concluamos a presente digressão procurando esclarecer a dimensão discursiva da função fática, propositalmente destacada da primeira parte de nossa revisão, já que será a partir dela que iremos definir o uso da metalinguagem técnica no ensino de língua portuguesa.

Detenhamo-nos, pois, um pouco mais, no modo pelo qual Reboul concebe a função fática do que chama "discurso ideológico", a saber, como confiscação da palavra. Voltamos a chamar a atenção do leitor para o fato de que a presente revisão - ressalvada a restrição teórica feita acima (cf. pp.6) - procura ser uma compilação bastante próxima ao texto de Reboul.

Segundo o autor, a eficácia da função fática se consuma pelo fato de que ela freqüentemente se apóia nas cinco outras funções, podendo mascarar a confiscação da palavra no jogo com uma das outras funções. E lembra: confiscar a palavra é o próprio de toda ideologia: tomar a palavra, guardá-la, proibi-la tanto quanto possível aos adversários. Estabelecer o maior número de contatos possível com o maior número de destinatários possível; ter, no entanto, o cuidado de falar o maior tempo e de forma mais forte que seus rivais é o cuidado primordial do tipo de discurso classificado por Reboul como "discurso ideológico". Os meios dessa confiscação - continua o autor - são muito diversos: meios físicos, meios institucionais e jurídicos (aqueles que asseguram o monopólio da palavra no interior do exército, da igreja, da escola, da medicina, de tal ou qual partido ou de tal ou qual sindicato), mas também meios psicológicos (como na publicidade e na propaganda).

Vejamos, ainda sobre a função fática, alguns mascaramentos que, de acordo com Reboul, podem ocorrer na sua relação com as demais funções da linguagem:

- usando a função referencial: o direito à palavra (modo pelo qual se apresenta a confiscação) se funda sobre uma realidade exterior que o destinador tem o privilégio de conhecer. O que legitima a confiscação é, portanto, o que se teria como "o conhecimento dos fatos", como a "competência": "É um especialista que vos fala", exemplifica Reboul;
- usando a função expressiva: a autoridade que o grupo confere a seu porta-voz proíbe toda palavra contrária: pastor/rebanho, presidente/tantos milhões de votos etc.;
- usando a função incitativa: exórdio, um dos exemplos dados por Reboul, que, em princípio serviria para iniciar o contato, confere a quem fala o direito de se fazer ouvir, com o dever para os outros de escutar; também as fórmulas ao longo do

discurso, que em princípio serviriam para manter o contato, não apenas renovam a atenção como também captam a benevolência do interlocutor;

- usando a função poética: as proximidades léxicas, as rimas, os efeitos de prosódia permitem, segundo o autor, não só o entendimento do discurso, mas também fazê-lo sem réplica;
- usando a função metalingüística: nos eufemismos, nos tabus lingüísticos - exemplos que selecionamos dentre os que Reboul apresenta - que são uma censura ou uma restrição interior ao discurso: "você não tem o direito de falar, senão nesses termos" - sintetiza o autor.

Passemos, finalmente, à dimensão discursiva da função metalingüística, vendo-a em sua relação com a confiscação da palavra, característica da função fática.

No que se refere à função metalingüística, há, no que o autor chama "discurso ideológico", definição de códigos ou, pelo menos, de sub-códigos lingüísticos, dado que essa função serviria para modificar o código da língua. Essa re-definição do código dar-se-ia, segundo Reboul, tanto por um processo de designação como por um processo de mutação semântica. Desse modo, a re-definição do código poderia ser abertamente metalingüística - caso da designação - ou subliminarmente metalingüística, mas com aparência de referencial - caso da mutação semântica, em que há a retomada de termos usuais com novos sentidos. Mas mesmo para o caso da designação, em que não haveria o mascaramento de uma função pela outra, Reboul chama a atenção para o fato de que a formação de novos sintagmas tende a fazer esquecer o sentido de seus componentes. O efeito dessa incompatibilidade entre o sentido da totalidade sintagmática em relação à soma do sentido de suas partes é o de criar a ilusão da precedência da palavra em relação à coisa, ou, nas palavras de Reboul, a ilusão de que a palavra criou a coisa.

O estabelecimento de um (sub-) código por meio da função metalingüística tem, segundo Reboul, duas funções distintas: uma função de integração, que consistiria em trazer o receptor para o papel de emissor, e uma função de contestação, ao mesmo tempo fática (porque confiscaria a palavra) e metalingüística (porque não negaria apenas o direito de falar, mas, mais precisamente, o direito de falar de um modo inadequado ao código imposto). Portanto, a função metalingüística do que Reboul chama o "discurso ideológico" é, segundo o autor, dupla: pedagógica em relação a seu próprio código e crítica em relação aos outros códigos.

Vejamos, também para a função metalingüística, alguns mascaramentos que, segundo Reboul, podem ocorrer na sua relação com as demais funções da linguagem:

- usando a função referencial: o recurso à mutação semântica, que consiste em retomar termos usuais com sentidos novos, é, de acordo com Reboul e como ficou dito acima, uma forma mais de re-elaboração do código do que uma forma assertiva sobre um estado de coisas do mundo; portanto mais metalingüística do que referencial, como poderia, contudo, parecer;

- usando a função expressiva: as formas de integração a determinado código nada mais são do que um recurso metalingüístico, dado que assumir o papel de emissor no interior desse código é aceitar o próprio código e, por extensão, os meios institucionais que o propuseram;
- usando a função incitativa: o chamamento ao código, que carrega uma marca fortemente incitativa, constitui-se numa forma de evocar, metalingüisticamente, a legitimidade do código, mais propriamente a legitimidade de uma re-elaboração particular do código, que também é uma reformulação metalingüística;
- usando a função poética: jogar com a faculdade de seleção e substituição, trabalhando a relação de similaridade entre os signos, é buscar recurso em processos metafóricos, fontes das próprias metáforas, das ironias (aplicando-se, nesse caso, também o recurso semântico da negação) e das hipérbolés (desta feita, fazendo interferir a idéia de extravasamento). O efeito poético desses recursos funda-se - já na formulação de Jakobson - na similaridade de significações, que relaciona os símbolos de uma metalinguagem com os símbolos da linguagem a que ela se refere. Portanto, mais uma vez, podemos nos deparar com discursos que, apresentando-se como poéticos, são na verdade metalingüísticos;
- usando a função fática: como ficou dito acima, a função crítica de um código em relação aos demais apresenta-se como função fática. No entanto - ainda segundo Reboul - o que se contesta não é propriamente o direito de falar do adversário, mas sim o seu direito de falar de um certo modo. Assim, embora se apresente como fática, a contestação do código adversário é metalingüística.

Damos, neste ponto, por estabelecido o acordo básico com nosso leitor acerca das funções da linguagem e de seu papel no discurso. Consideramos também que, no decorrer dessa revisão, terá o leitor levantado suas próprias questões sobre o uso da metalinguagem técnica no ensino de língua portuguesa.

Resta-nos, então, de nossa parte, reunir, neste final de percurso, algumas orientações gerais sobre o assunto.

ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O USO DA METALINGUAGEM TÉCNICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para vislumbrarmos a abrangência do objeto a que se refere o ensino de línguas, é, talvez, mais elucidativo pensarmos no ensino de língua estrangeira. Embora seja já uma enorme abstração pensarmos em uma língua inteira como um dado de realidade a ser tratado em sala de aula, é como um dado de realidade que a tomamos, descrevemos e ensinamos. É, para retornarmos à nomenclatura que domina este trabalho, como referente que a levamos para a sala de aula.

Assim também, quando se ensina língua materna, faz-se apelo a um referente, tido, da mesma forma, como desconhecido pelos alunos, embora esse desconhecimento se justifique apenas quanto à capacidade de explicitação de sua organização estrutural ou ainda - de um ponto de vista menos investigativo e mais prático - quanto ao domínio da modalidade escrita, imposição legitimadora da ascensão social. Desse modo, a organização estrutural (gramatical) da língua e a modalidade escrita da linguagem (ligada a esta, uma visada histórica da língua em termos de sua evolução e da literatura produzida) seriam o ponto cego dos falantes, que, como alunos de língua (e de sua própria língua!), são em geral recebidos na escola como desconhecedores de seu objeto de estudo.

Um pouco de verdade e um pouco de preconceito misturam-se nessa atitude frente aos alunos de língua materna. Por um lado, é verdade que o saber prático dos alunos - sua ação cotidiana pela comunicação - não pode prover a todos, da mesma forma e sempre, de um saber formal acerca do instrumental lingüístico que põem em funcionamento. É, por outro lado, preconceito julgar que o domínio de um saber formal - a exata descrição do funcionamento estrutural da língua, por exemplo - vá produzir nos alunos, da mesma forma e sempre, um melhor desempenho ao usarem o instrumental lingüístico que, na prática, já dominam.

A questão que fica é sempre uma questão estratégica: como levar adiante o ensino de língua materna?

Por tudo que discutimos neste trabalho acerca da função metalingüística - e lembramos ao leitor a tarefa de pensar ponto por ponto sobre as conseqüências de se dar ao discurso didático sobre língua portuguesa uma função metalingüística calcada na metalinguagem técnica - seria o caso de partir para a negação pura e simples da metalinguagem técnica como o caminho a ser seguido. Há, porém, a propósito, um ponto que devemos considerar e que pode servir de orientação para uma concepção do ensino de língua materna.

Os lingüistas e, dentre estes, os semanticistas, há muito já se deram conta de que não há como falar da linguagem sem que se use a linguagem (sobre essa propriedade chamada propriedade de "reflexividade da linguagem", cf. Lyons, 1980, pp.14 e segs.). E é exatamente esse o ponto: nada impede que se reconheça, também na atividade didática, não haver como fugir da função metalingüística quando se ensina língua. O reconhecimento dessa dimensão metalingüística no ensino de língua portuguesa - nosso assunto aqui - pode ser útil, se não por muitos outros motivos, por, pelo menos, dois, aos quais designaremos como os motivos do aluno e os motivos do professor. Defenderemos, portanto, a utilidade desse reconhecimento, abordando - na ordem dada - ambos os motivos.

Em primeiro lugar, se esse reconhecimento for acompanhado de uma valorização dos saberes que o aluno possui, não haverá também como negar que, trazendo o aluno um saber prático sobre a língua, poderá, também ele, exercer seu aprendizado de um saber formal sobre a língua, na forma de um fazer metalingüístico. Não estamos falando, obviamente, de metalinguagem técnica, mas do exercício da metalinguagem como forma de reflexão, cuja primeira contribuição poderia ser a de permitir a constatação de que as normas sociais impostas no agir pela comunicação têm o mesmo caráter impositivo do próprio código lingüístico. Esse caráter normalizador que já é, portanto, uma imposição

desde o código, é, como se sabe, tão placidamente assimilado que, em geral, nos põe em sua utilização mecânica, de onde a necessidade de se colocar a "reflexividade da linguagem" a serviço de seu próprio desvelamento.

Um segundo motivo pelo qual o reconhecimento da dimensão metalingüística no ensino de língua portuguesa pode ser útil é, desta feita referindo-se ao professor, o de este último poder prevenir-se contra o tecnicismo. Estamos, agora sim, falando de metalinguagem técnica. A relativização dos benefícios que podem advir do domínio de um saber formal é fundamental para que as escolhas do professor recaiam sobre os pontos em que a intervenção da metalinguagem técnica realmente atue ou para o desvendamento das normas do agir pela comunicação, ou para um melhor desempenho do aluno, ou para ambas as coisas e muito mais, considerando-se inclusive nessa enumeração uma atuação satisfatória do aluno em relação aos propósitos estabelecidos pelo professor em suas escolhas.

Por muitas razões não se deve entender do que precede que as escolhas do professor podem ser aleatórias. Em primeiro lugar, porque a utilização de uma metalinguagem técnica impõe necessariamente um quadro teórico-metodológico que lhe dê suporte. É, pois, papel do professor saber em que região teórica ele se movimenta. Para não nos estendermos em outras razões propriamente pedagógicas da fuga à aleatoriedade, lembremos apenas dos propósitos estabelecidos em suas escolhas, dos quais deriva, segundo o que pensamos, o papel fundamental do professor no desenvolvimento do saber do aluno sobre a língua.

Justamente porque há certos propósitos a serem defendidos pelo professor, cabe a ele o exercício de duas atividades: uma atividade de controle em relação à abordagem teórica (especialmente no que se refere à metalinguagem proveniente das diversas correntes de pensamento da Lingüística, mas não apenas em relação a ela, pois há que se considerar ainda o impensado da metalinguagem proveniente da gramática normativa, ou mesmo daquela proveniente de um certo tipo de estilística) e uma atividade de direção (o professor não pode, a nosso ver, abrir mão de uma certa diretividade no que ensina - e no que ensina sobre língua portuguesa - caso contrário, pode correr o risco de abrir mão de sua própria reflexão sobre a linguagem e de limitar-se a seguir o primeiro livro didático que lhe aparecer à frente, em cuja adoção não se poderia ver, porém, nenhum mal, caso fosse, ela também, uma escolha refletida).

Desse controle e dessa diretividade depende também, e respectivamente, a dosagem de informação teórica a ser aplicada em sala de aula e a necessária visada para o lugar teórico que se está criando para o desenvolvimento da reflexão do aluno. Essas seriam as duas atividades básicas do professor, ligadas, num primeiro plano, aos propósitos que norteiam seu trabalho, mas, em última instância, ligadas ao reconhecimento e aproveitamento de uma dimensão metalingüística presente no ensino de língua materna.

Desconsiderados os motivos do aluno (entre outros, o do aprendizado de língua materna como um fazer metalingüístico) e os motivos do professor (prevenção contra o tecnicismo; controle e diretividade nas escolhas teóricas) que acabamos de expor, acreditamos que o uso irrefletido e abusivo da metalinguagem técnica pode cair no que Reboul chamaria dissimulação ideológica: o emprego da metalinguagem técnica para não permitir o diálogo, situação em que o código "novo" (do professor) assumiria, ao mesmo

tempo, uma função crítica - de contestação - em relação ao código do aluno e uma função pedagógica apenas em relação a si mesmo. O próprio referente (a língua a ser ensinada) e o destinatário (o aluno com seu saber prática) seriam, nesse caso, apagados em favor do culto ao saber técnico- científico (o gramatical incluído); do qual, sem controle, nem direção, o professor se apropriaria. Metalingüístico no funcionamento, um tal discurso tornar-se-ia fático em seus efeitos, dos quais o principal seria a confiscação da palavra por parte do professor.

Ainda na hipótese da desconsideração dos motivos do aluno e do professor, acima expostos, e para encerrar com resultados concretos de pesquisa, passamos a palavra às pesquisadoras Maria Céli Beraldo Pazini e Sonia Aparecida Lopes Benites, que, em pesquisa levada a efeito no município de Maringá (PR) a respeito da terminologia gramatical utilizada no ensino de 1º grau, demonstram a contradição entre o saber prático e o saber formal:

"Se o objetivo do ensino de língua é o aluno-leitor e o aluno-escritor, entendendo-se aí, obviamente, também a produção oral, o professor não deve estar preocupado com a gramática vista como o domínio de terminologias e de definições, isto é, com um saber metalingüístico.

"A prática tem demonstrado que saber explicitar o conhecimento de regras gramaticais não corresponde necessariamente a um melhor desempenho comunicativo. Alunos que decoram regras e definições, ao falar ou escrever transgridem as próprias regras que estão explicitando. A excessiva preocupação com as regras gramaticais tira a naturalidade do discurso, podendo, inclusive, ter um efeito negativo, inibindo o locutor. São situações de sala de aula, quando a preocupação converge para o domínio gramatical: o aluno se cala ou fala de forma entrecortada, com receio de cometer algum deslize gramatical; ao escrever, o aluno limita a extensão das frases e do texto, conforma-se a repetir construções já conhecidas para fugir à censura gramatical. A gramática acaba sendo, então, um tirano que leva o aluno a se negar como sujeito do discurso. Por outro lado, é comum o depoimento de escritores ou de outras pessoas conhecidas por seu bom desempenho comunicativo, onde eles confessam sua dificuldade em explicitar o conhecimento gramatical." (1990, p.108, destaque nosso).

BIBLIOGRAFIA

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia: Lingüística e poética. In: **Lingüística e comunicação**. 8ª ed. São Paulo: Cultrix, 1975, p.34-62/118-62.

- LOPES, E. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo; Cultrix, 1976, 346p.
- LYONS, J. **Semântica**. Trad. de Wanda Ramos, Lisboa: Presença/São Paulo: Martins Fontes, 1980, 300p.
- PAZINI, M.C.B. & BENITES, S.A.L. A concepção de língua e a gramática do livro didático. In: **UNIMAR** (Maringá-PR), v. 12, p.101-20, abril de 1990.
- REBOUL, O. **Langage et idéologie**. Paris, PUF, 1980, 228p.
- VANOYE, F. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. Trad. de Clarice Madureira Sabóia et. al., 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986, 243p.